

1974

RELATÓRIO GERAL

PRESIDENTE: DR. HOMERO DINIZ GONÇALVES

JUSTIÇA DO TRABALHO 2ª REGIÃO



Em 23 de abril de 1975.

Senhor Ministro-Presidente.

Em observância ao preceituado no artigo 13, item 26, do Regimento Interno deste Tribunal, tenho a honra de apresentar a V.Exa. o Relatório Geral da Justiça do Trabalho da 2a. Região, concernente ao exercício de 1974.

Em seu todo, acham-se englobadas as múltiplas / atividades desenvolvidas por esta Egrêgia Corte, pelas 32 Juntas de Conciliação e Julgamento existentes na Capital, bem como por 39 outras espalhadas pelos Estados do Paraná, Mato Grosso, e interior de São Paulo.

São ressaltados, ainda, em linhas gerais, os fatos de ordem administrativa e judiciária que, por seus reflexos, pareceram a esta Presidência merecedores de destaque maior.

Os vários anexos, inseridos ao final, representam o complemento numêricamente exato de cada um dos campos examinados.

O TRIBUNAL E SUA COMPOSIÇÃO

Este Tribunal contou em sua Vice-Presidência, até 15 de setembro, com o MM. Juiz Dr. Gabriel Moura Magalhães Gomes. Substituiu-o, a partir de então e em decorrência das eleições realizadas em 9 do mesmo mês, o eminente Juiz Dr. Roberto / Mário Rodrigues Martins.



Cumpre ressaltar que ambos, nas oportunidades em que assumiram o exercício da Presidência, sempre se houveram com equilíbrio e acerto.

O Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região / apresentou, em sua composição, os magistrados integrantes de suas tres Turmas, e que são os seguintes:

Primeira Turma: Drs. Nelson Ferreira de Souza / (Presidente — a partir de setembro), Gabriel Moura Magalhães Gomes, Antonio Lamarca, Affonso Teixeira Filho (representatne / classista dos Empregados), e Marcos Manus (representante clas—sista dos Empregadores).

Segunda Turma: Drs. Raul Duarte de Azevedo (Pre—sidente — a partir de setembro), Roberto Barreto Prado, Nelson Virgílio do Nascimento, Henrique Victor (representante classista dos Empregados), e Nelson Tapajoz (representante classista dos Empregadores).

Terceira Turma: Drs. Reginaldo Mauger Allen (Pre—sidente), Albino Feliciano da Silva, Edgard Radesca, José Cabral (representante classista dos Empregados) e Wilson de Souza Cam—pos Batalha (representante classista dos Empregadores).

*

Como tem ocorrido em exercícios anteriores, re—gistraram-se em 1974 algumas variações na estrutura pessoal das Turmas, tendo em vista os naturais afastamentos dos titulares, motivados principalmente por férias regulamentares, licença espe—cial, licença para tratamento de saúde, etc..

Em conformidade com as normas regimentais que / disciplinam a matéria, os MM. Juizes togados, em seus impedimen—tos, foram substituídos pelos Drs. Bento Pupo Pesce, Octávio Pu—po Nogueira Filho, Júlio de Araujo Franco Filho, Rubens Ferrari, Francisco Garcia Monreal Júnior, José de Barros Vieira Júnior, / Helder Almeida de Carvalho e Wagner Drdla Giglio.

Por razões similares, tiveram assento nesta E. Corte, como representantes classistas, os Drs. Geraldo Santana de Oliveira, Waldo Barreto, Plínio Ribeiro de Mendonça, Olavo /



Previatti, Marcelino Marques, e Caio Cesar Neto.

*

Registre-se que o Dr. José Cabral, representante classista dos Empregados, em março, formulou pedido de dispensa das suas funções.

O requerimento apresentado seguiu os trâmites normais, tendo sido publicado o ato de sua dispensa no Diário Oficial da União de 26/9/74.

*

Referentemente aos Juízes representantes classistas vale salientar que seus mandatos foram encerrados nos meses de setembro e outubro. No restante do ano o E. Tribunal funcionou apenas com os Juízes togados, uma vez que as designações para novos mandatos não chegaram a processar-se no exercício.

SESSÕES

Aos sete dias de janeiro, o E. Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região deu início às suas atividades normais, relativas ao ano de 1974.

76 sessões foram realizadas pelo Tribunal Pleno que recebeu, durante o exercício, 578 processos. Estes, somados aos 151 pendentes, perfizeram 729. 556 foram julgados, restando 173 para apreciação em 1975.

Pelas 1a., 2a. e 3a. Turmas efetivaram-se 81, 68 e 57 sessões, respectivamente.

Contra os 8.850 processos de 1973, 10.997 foram por elas recebidos em 1974, aos quais vieram-somar-se 1.688 vin



dos do ano anterior. Desse total (12.685), 10.545 foram apreciados, restando pendentes de julgamento 2.240 processos.

REMOÇÕES

Com o funcionamento das nove Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital (24a. a 32a.), mais as de Suzano, e São José do Rio Preto, além das aposentadorias adiante mencionadas, processaram-se, na 2a. Região, inúmeras remoções.

Assim, logo em princípio de abril consumou-se a remoção do MM. Juiz Dr. José Roberto Reis de Oliveira, da 1a. J.C.J. de Santo André, para a J.C.J. de São Bernardo do Campo, cujo Presidente se aposentara pouco tempo antes.

Para a 1a. J.C.J. de Santo André removeu-se em julho, a Dra. Lillian Daisy Adilis Ottobrine Costa, até então titular da J.C.J. de Ponta Grossa, Paraná.

De Corumbá, Mato Grosso, foi removida para Ponta Grossa, Paraná, a Dra. Hildéa Reinert.

Quatro dias depois, isto é, em 26 de agosto, a / Dra. Hildéa Reinert deixava Ponta Grossa, assumindo a Presidência da 29a. J.C.J. da Capital.

Ainda em 26 de agosto houve a posse dos MM. Juizes: Dr. Helder Almeida de Carvalho, da 11a. para a 27a. J.C.J.; Dr. Waldemar Thomazine, de Bauru para a 30a. J.C.J.; Dr. Ralph Cândia, de Campinas para a 31a. J.C.J.; Dr. Carlos Eduardo Figueiredo, da 8a. para a 32a. J.C.J..

Em 30 de agosto: Dra. Neusenice de Azevedo Barreto Küstner, da 22a. para a 26a. J.C.J.; Dr. Walter de Moraes Fontes, de Americana para a 28a. J.C.J..

Em 10 de setembro, o Dr. Nelson de Oliveira Medeiros, da 14a. para a 8a. J.C.J..

Em 20 de setembro, o Dr. Milton Rodrigues, de Cuiabá para a J.C.J. de São José do Rio Preto.

Em 19 de outubro, o Dr. Waldemar Thomazine, da / 30a. para a J.C.J. de Americana.

Em 8 de novembro, o Dr. Francisco de Mattos Rangel, de São Carlos para a 10a. J.C.J..



Finalmente, o Dr. Eldah Ebsan Menezes Duarte, de Paranaguá, Estado do Paraná, para Suzano, Estado de São Paulo.

P R O M O Ç Õ E S

Para a vaga de Juiz Presidente da J.C.J. de Cuiabá, Mato Grosso, aberta pela remoção da titular para Corumbá, foi promovido, por merecimento, o MM. Juiz do Trabalho Substituto, Dr. Milton Rodrigues (Decreto de 12/3/74).

Posse e exercício ocorreram em 29 de março de / 1974.

*

Para a Presidência da J.C.J. de Mauá, criada pela Lei nº 5.892/73, de 13 de junho, foi promovida, por antiguidade, a Dra. Júlia Romano Correa.

O Decreto da Presidência da República, que efetivou a promoção em tela, veio publicado no Diário Oficial da União de 24/5/74, tendo posse e exercício acontecido em 28 do mesmo mês e ano.

N O M E A Ç Õ E S

As promoções dos Juizes Substitutos Drs. Délvio José Machado Lopes, Milton Rodrigues, e Julia Romano Correa, detonaram a abertura de 3 vagas no quadro de magistrados da 2a. Região.

Para as mesmas foram nomeados os candidatos habilitados no último concurso público realizado nesta Justiça, Drs. Carlos Alberto Moreira Xavier, Jairo de Souza Aguiar, e Alceu de Pinho Tavares — respectivamente.

As nomeações citadas foram publicadas nos Diários



Oficiais da União de 25 de janeiro, 6 de maio, e 30 de julho de 1974.

Por Decreto da Presidência da República, datado de 15 de janeiro e 7 de novembro, foram concedidas as aposentadorias solicitadas pelos Juizes Presidentes das Juntas de São Bernardo do Campo e 9a. da Capital, Dr. José Amorim e Dra. Neide de Sá, respectivamente.

*

As novas Juntas de Conciliação e Julgamento criadas, e com elas as vagas de Juiz Presidente; e, ainda, as aposentadorias dos MM. Juizes Presidentes das J.C.J. de São Bernardo / do Campo e 9a. da Capital, ensejaram o surgimento de claros, cujos provimentos teriam de fazer-se pelas promoções de Juizes Substitutos, o que levaria o E. Tribunal a indicar, à nomeação, os / nomes dos candidatos aprovados em concurso.

Assim foi feito.

Para as Juntas 24a., 2a. de Sorocaba, Corumbã, Bauru e 22a., foram indicados à promoção, por merecimento (lista tríplice), os seguintes Juizes: Drs. Oswaldo Sant'Anna, Fernando Hernani Gentile, Nilce Vieira de Oliveira, Josué Adauto da Silva, Lucy Mary Marx Gonçalves da Cunha, Cláudio Henrique Corrêa, e Jo_sé Serson — respectivamente (Of. SPE 481 de 8/10/74).

Para as Juntas 25a., 4a. de Curitiba, Campinas, Ponta Grossa, e Paranaguã, foram indicados à promoção, por antiguidade, os nomes dos seguintes Juizes: Drs. Antônio Carlos de / Moraes Salles, Luiz Carlos Diehl Paolieri, Alcedino Pedroso da Silva, José Serson, e Ismal Gonzalez — respectivamente.

Simultaneamente, foi feita a indicação dos 10 can_didatos, a serem nomeados para os cargos de Juiz do Trabalho Substituto, em decorrência das vagas a se abrirem com as promoções acima referidas.

A relação em tela integra-se pelos nomes dos bacharéis Walter Raimundo Spies, Diva Aparecida Leite Alves, Antônio Pereira da Silva, Celso José de Faria Ognibene, Newton de Uzeda Moreira Filho, Raymundo Cerqueira Ally, Eliana Felipe To_lledo, Carlos Américo Sampaio Cesar, Genésio Vivanco Solano Sobri_nho, e Milton de Moura França.

Ao findar-se o ano de 1974 o expediente das promoções e das nomeações encontrava-se, ainda, em tramitação.



A P O S E N T A D O R I A

Por Decreto da Presidência da República, datados de 16 de janeiro e 7 de novembro, foram concedidas as aposentadorias solicitadas pelos Juizes Presidentes das Juntas de São Bernardo do Campo e 9a. da Capital, Dr. José Amorim e Dra. Neyde de Sã, respectivamente.

O ingresso do Dr. José Amorim nesta Justiça verificou-se em 1957, como Juiz Substituto (D.O.U. de 7/3/57), tendo sido promovido em 1962, por merecimento, à Presidência da J.C.J. de São Bernardo do Campo, (D.O.U. de 3/10/62), onde permaneceu / até a aposentadoria.

A Dra. Neyde de Sã foi nomeada Juíza Substituta em 3/10/62. Por merecimento, foi promovida à Presidência da J.C.J. de Londrina (DOU. de 25/5/71), e removida para as J.C.J. de / Campinas e, posteriormente, 9a. da Capital, onde aposentou-se.

D E C I S Õ E S A D M I N I S T R A T I V A S

Em 1974 o E. Tribunal Regional do Trabalho da 2a. Região teve oportunidade: de apreciar e deferir os inúmeros pedidos de Juntas de Conciliação e Julgamento, referentes à incineração de processos; de permitir contratos de locação de imóveis para funcionamento de Juntas; de homologar concursos públicos pertinentes ao quadro do pessoal desta Justiça; de aprovar o Regulamento Geral da Secretaria, elaborado em conformidade com os princípios gerais de reforma administrativa; de aprovar os ante-projetos de leis, destinados à fixação de vencimentos dos Grupos de "Direção e Assessoramento Superiores", e de "Apoio Judiciário", neste incluídos outros Grupos como o de Transporte Oficial e Portaria, Artesanato, etc., de aprovar os Atos de estruturação dos Grupos "Direção e Assessoramento Superiores" (Ato 508), e "Atividades de Apoio Judiciário" (Ato 509); de autorizar a criação das funções de "DAI", necessárias à nova estrutura, além de julgar processos e expedientes de natureza administrativa em geral.

V O T O S D E P E S A R

No decurso de 1974 o E. Tribunal teve ocasião de manifestar seu pesar pelo desaparecimento de importantes persona



lidades, como por exemplo o Exmo. Sr. General Vicente de Paulo / Dalle Coutinho (Ministro do Exercito), Clóvis dos Santos Lima / (Presidente do TRT. da 6a. Região), Aldo Assis Dias (Vice-Presi- dente do Tribunal de Alçada), Desembargador Plínio de Carvalho / Pinto, Coronel Raul Humaitã, (Juiz do Tribunal de Justiça Mili- tar), Ministro Caldeira Neto (do Tribunal Superior do Trabalho), Clóvis de Castro Campos (Juiz aposentado da 2a. Região), Francis- co de Castro Neves, advogado militante nesta Justiça, e Alexan- dre Marcondes Filho que, como dito pelo MM. Juiz Reginaldo Mau- ger Allen, foi "erudito orador e que exercera todos os cargos da hierarquia política, tendo sido o precursor de divulgação dos / princípios da legislação social e de Direito do Trabalho", além de haver promulgado "a Consolidação das Leis do Trabalho que fo- ram o berço desse Direito no Brasil"; etc..

À memória de todos, rendeu a E. Corte as suas ho- menagens.

MOVIMENTO PROCESSUAL

No exercício a que se refere o presente Relató- rio foram recebidos por este Tribunal 11.575 processos. Somados / aos 6.345 vindos do ano anterior proporcionaram um total de 17. 920. Deste montante 344 foram arquivados por despacho, enquanto 11.101 tiveram julgamento, o que revela como pendentes de apre- ciação exatamente 6.475. processos.

A exemplo do ocorrido nos anos anteriores, cons- tata-se, também agora, que houve aumento do número de processos / recebidos, relativamente a 1973.

De fato, contra os 10.226 registrados em 1973 hou- ve 11.101 processos recebidos em 1974. Os aumentos, embora redu- zidos, vêm se repetindo, de ano para ano, com a mais absoluta re- gularidade.

DA SECRETARIA JUDICIÁRIA

A Secretaria Judiciária, pelos Serviços que a in



integram, apresentou, em 1974, substancial aumento em suas atividades gerais.

Pelo Serviço de Cadastramento Processual houve o protocolo de 24.591 petições, ofícios e documentos, contra cerca de 20 mil no ano anterior; 11.392 processos foram autuados; ao E. Tribunal Superior do Trabalho foram encaminhados 3.256; as Juntas de Conciliação e Julgamento, e as Comarcas foram enviados 10.538 processos para execução e diligência; etc..

Ao Serviço de Acórdãos coube datilografar nada menos de 10.847 acórdãos, o que representou um total de 33.075 fôlhas utilizadas.

Esses números significam um acréscimo que gira em torno de 20%, referentemente a 1973.

De outra parte, 10.409 acórdãos foram publicados pelo órgão em tela, atividade esta que passou a integrar as suas atribuições.

Pelo Serviço Processual foram expedidos mais de 8 mil ofícios, prestadas 1.320 informações, elaboradas 1.164 notificações de despacho, feitas 3.757 remessas de decisão, preparadas 102 Certidões de Carta de Sentenças, expedidas 2.582 Guias de Recolhimento de Custas e Emolumentos, etc..

Ao Serviço de Jurisprudência, em fase de organização, coube a tarefa de realizar pesquisas destinadas a proporcionar à unidade administrativa um funcionamento rápido, preciso e eficiente.

Para tanto foram estabelecidos contactos especialmente com o Tribunal Superior do Trabalho, com o Supremo Tribunal Federal, com o Centro de Documentação da Câmara dos Deputados, etc..

Já em 1975 o aludido Serviço de Jurisprudência, constituído pelos Setores de Registro e de Publicações Técnicas,



deverá estar atendendo plenamente aos objetivos que lhe deram / origem.

Através do Serviço de Informações e Estatística / foram encaminhados 5.493 ofícios às partes envolvidas em Dissí— dios Coletivos, e a órgãos governamentais; realizados 358 cálcu— los de reconstituição salarial; elaborados 132 quadros estatísti— cos referentes às atividades de órgãos da Justiça do Trabalho da 2a. Região, etc..

Finalmente, pelo Setor de Reprografia foram ex— traídos 110.575 xerocópias, total que supera longamente as 80 mil extraídas em 1973.

*

Detalhes numéricos, a respeito das múltiplas ati— vidades desenvolvidas pelos Serviços e Setor mencionados, pode— rão ser recolhidos pela consulta aos anexos correspondentes.

S E C R E T A R I A D A C O R R E G E D O R I A

A exemplo do sucedido nos demais órgãos da Justi— ça do Trabalho da 2a. Região, também a Secretaria da Corregedo— ria apresentou volume de serviços ponderavelmente maior que o re— gistrado no exercício de 1973.

A título comparativo observa-se que para menos de 700 ofícios elaborados em 1973, mais de 1.000 foram expedidos em 1974. Contra 51 correições gerais havidas em 1973, 58 foram / realizadas em 1974 (25 na Sede, 33 fora da Sede).

Portarias e Provimentos foram preparados, versan— do entre outros assuntos, aprovação de modelos relativos aos atos



de homologação de opções pelo regime de FGTS, e o disciplinamento das atividades do Oficial de Justiça Avaliador, etc..

Duas reuniões de Corregedorias aconteceram no correr do ano. A primeira (30 de maio a 1º de junho), em São Paulo; a segunda (19 a 21 de novembro), em Brasília.

Desses "Encontros" (III e IV), resultaram a revisão de modelos de impressos, a padronização da dimensão dos papéis, e a elaboração de ante-projeto de criação das Corregedorias Regionais.

Outros dados relativos aos serviços da Secretaria da Corregedoria da 2a. Região poderão ser obtidos através do "anexo" respectivo.

C U S T A S E E M O L U M E N T O S

A Secretaria da Corregedoria Regional, como órgão incumbido do controle de arrecadação de custas e emolumentos, registrou movimento global da ordem de Cr\$ 7.457.337,97 - o que representa aumento percentual de aproximadamente 30%, em relação a 1973.

Na Capital a arrecadação alcançou as cifras de / Cr\$ 4.941.358,36 enquanto pelas Juntas situadas fora da sede foram arrecadados Cr\$ 2.515.979,61.

J U N T A S D E C O N C I L I A Ç Ã O E J U L G A M E N T O

No decorrer de 1974 foram instaladas 14 Juntas de Conciliação e Julgamento na 2a. Região: em 30 de agosto, nove na Capital (Lei 5.643/70); em 15 de junho, uma em Mauá (Lei 5.892/73); em 15 de agosto, uma 2a. em Sorocaba (Lei 5.892/73); em 23 de agosto, uma em Suzano (Lei 6.052/74); em 27 de Setembro, uma em São José do Rio Preto (Lei 6.056/74); e, finalmente, em 20 de outubro, uma 4a. em Curitiba (Lei 5.892/73).

Conseqüentemente, este Regional passou a contar com um total de 71 Juntas de Conciliação e Julgamento, desdobra-



desdobrado em 32 na Sede, e 39 fora da Sede.

O funcionamento desses novos órgãos de primeira instância, especialmente na Capital, certamente contribuirá para maior celeridade na apreciação dos feitos — meta implícita / na própria instituição de Juntas.

*

Como poderá ser constatado pela leitura dos anexos correspondentes, o movimento processual registrado em 1974 foi expressivamente superior ao de 1973. Quer relativamente às Juntas da Sede, quer relativamente às Juntas de fora da Sede.

Assim, no exercício de que trata o presente Relatório foram recebidos 97.770 processos pelas Juntas da Capital, com 138.718 reclamantes; e 66.400 processos, com 104.123 reclamantes, pelas Juntas situadas fora da Sede.

Um ano antes (1973, portanto), a Sede recebeu 69.981 reclamações, e as Juntas de fora da Sede 45.873.

De modo que, no montante, o aumento consignado / ficou em torno de 50%.

Das Juntas de Conciliação e Julgamento localizadas fora da Capital, várias apresentaram volume reclamatório aproximado, ou mesmo superior às da Sede (3.680 processos).

São exemplos Juntas como as de Campinas (3.626), Santos (cada uma com mais de 3.900 processos), São Bernardo do Campo (4.398).

*

Das reclamações levadas à pauta na Sede e fora / dela, 156.412 foram julgadas, sendo que, desse total, 44.427 foram conciliadas; 13.357 julgadas procedentes; 9.316, procedentes em parte; e, por fim, 6.138, improcedentes.



A cada um desses itens correspondeu a soma de /
Cr\$ 155.243.357,12 * Cr\$ 132.945.572,72 * Cr\$ 83.374.221,61 * /
Cr\$ 43.464.796,63 — respectivamente.

DISTRIBUIÇÃO DOS FEITOS

São Paulo, Santos, Santo André, Sorocaba — No Es-
tado de São Paulo — e Curitiba, no Estado do Paraná, são as cin-
co cidades nas quais a Justiça do Trabalho mantém Serviços de /
Distribuição de Feitos.

Sem prejuízo do vínculo de subordinação natural-
mente existente entre esses órgãos e o Tribunal, cumpre ressal-
tar que os respectivos Serviços de Distribuição, situados fora
da Sede, são supervisionados pelo respectivo Juiz Diretor do Fo-
rum.

*

Como dito antes durante 1974 foram distribuídas/
às Juntas de Conciliação e Julgamento da cidade de São Paulo 97.
770 processos.

De modo que cada uma delas recebeu 3.680 proces-
sos; menos as nove Juntas instaladas em meados de Agosto (24a. a
32a.), que foram contempladas com 1.455 reclamações.

Por outro lado merece realce o fato de que em /
1973 houve 5.932 homologações de opção, contra 23.196 assinala-
das em 1974. Também o número de reclamações verbais foi supe-
rior: 9.778 no exercício de 74 contra 7.503 em 1973.

Paralelamente, registrou-se ponderável aumento /
das reclamatórias escritas, bastando referir que no ano deste Re-
latório foram formalizadas 56.707 contra 48.880 em 1973.

*



Pela Distribuição dos Feitos de Santos foram distribuídas às 3 Juntas existentes nada menos de 11.863 reclamações, o que representa acréscimo percentualmente da ordem de 70%.

Desse total, 10.592 reclamações foram ajuizadas/por escrito, enquanto 789 ocorreram verbalmente.

*

5.196 processos deram entrada na Distribuição dos Feitos de Santo André, em 1974. As reclamações verbais e escritas estiveram em nível de equilíbrio: 1.624 e 1.656 — respectivamente. 1.312 foram os processos de homologações de opção pelo FGTS.

*

Sorocaba, atualmente com duas Juntas de Conciliação e Julgamento, recebeu em 1974, pelo seu Serviço de Distribuição, 857 reclamações, para 1.203 reclamantes. Houve 279 homologações de opção, 354 reclamações escritas e 192 verbais.

*

Contra os 8.641 processos recebidos em 1973, foram protocolados 11.433 pelo Serviço de Distribuição dos Feitos/ de Curitiba, no decurso de 1974.

Mais de 3.500 processos foram canalizados para cada uma das Juntas, exceto referentemente à 4a., instalada apenas em Outubro.

O número de verbais alcançou 4.861, ao passo que as escritas, em número inferior, o que é incomum, chegaram a / 3.308. As homologações de opção ofereceram o total de 2.577.

CONTADORIA JUDICIÁRIA

No correr de 1974 a Contadoria Judiciária deste/ Regional recebeu 8.942 processos que, somados aos 503 vindos do ano anterior, perfizeram 9.445.

Desse volume, 6.870 foram calculados e, consequentemente, devolvidos às Juntas de Conciliação e Julgamento de origem.

Por conseguinte, permaneceram pendentes de preparação ou cálculo, exatamente 2.575 feitos.

Em condenações constituídas pelo principal, juros de mora e correção monetária foram atingidas cifras de Cr\$ 25.860.914,48 * Cr\$ 8.300.521,18 * e Cr\$ 31.694.284,01 — respectivamente.

Outros elementos informativos acham-se inseridos no "anexo" correspondente.

JUIZES DE DIREITO

Nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, nas Comarcas onde inexistam Juntas de Conciliação e Julgamento, cumpre aos Juizes de Direito apreciar os feitos de natureza trabalhista.

De justiça, portanto, que se ressalte os relevantes serviços prestados pela magistratura comum, especialmente nos últimos anos, mercê da multiplicação incessante das relações empregatícias.

É manifesto, porém, que a Justiça Comum tem sob sua competência um longo campo de atribuições. Daí constatar-se, até com alguma frequência, embora sem qualquer parcela de responsabilidade dos Srs. Juizes de Direito, o retardamento no exame / dos litígios trabalhistas que lhes são afetos.

Em razão do exposto, lícito será concluir-se que a criação de novas Juntas trará, ao menos nas zonas urbanas de maior desenvolvimento industrial, agrícola ou comercial, entre / outros, os indiscutíveis benefícios do desafogamento processual,



além do atendimento mais rápido das partes.

SECRETARIA DO TRIBUNAL

A Secretaria deste Regional, pelas diferentes/ áreas que a integram, teve suas atividades ampliadas em proporções ponderáveis.

Assim, a instalação das 14 novas Juntas de Conciliação e Julgamento, por si sô, bastaria para que se tivesse uma perspectiva do aumento dos serviços, e de seus reflexos sôbre praticamente todas as unidades da Justiça do Trabalho da 2a. Região.

A própria elevação do volume reclamatório, bastante acentuada, o maior ritmo de apreciação dos feitos, e a legislação vinda a lume para regular situações e direitos, especialmente no campo interno, também seriam motivos suficientes para o acionamento mais vigoroso da administração.

De outra parte, deve ser considerada a radical alteração processada na estrutura orgânica da Justiça do Trabalho, completada pelos serviços que culminaram com a quase total implantação do Plano de classificação de cargos.

Sendo a classificação de cargos um imperativo legal, e estando a sua realização condicionada, antes de tudo, à implantação prévia da Reforma Administrativa, coube à Administração elaborar os estudos preliminares, necessários a constituição de novo Regulamento Geral.

Este, como seria natural, já foi vazado sob os princípios fundamentais de planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência, e controle (Decreto-Lei nº 200/67). Todos esses elementos da moderna administração se encontram distribuídos em seu texto.

A composição orgânica da Justiça do Trabalho apresenta-se agora sob feição diferente. Órgãos antes inexistentes, mas necessários, foram criados; órgãos desnecessários, mas existentes, foram suprimidos. Os vínculos de subordinação foram melhor estabelecidos. As faixas de competência das diferentes unidades ganharam maior precisão; as atribuições do pessoal foram /



mais nitidamente definidas; novos cargos, de diferentes natureza e qualidade, foram previstos, etc..

Em resumo, o novo Regulamento veio revelar uma estrutura orgânica considerada imprescindível ao desenvolvimento racional das atividades administrativas da Justiça do Trabalho / da 2a. Região.

*

Aprovado o novo Regulamento Geral pelo E. Tribunal (Sessão Plenária de 29/4/74), foram preparados os ante-projetos de fixação dos níveis de vencimentos correspondentes aos cargos em comissão e aos cargos efetivos, convertidos, respectivamente, nas Leis 6.075 e 6.076, ambas de 10 de julho de 1974.

Foram igualmente elaborados e aprovados pelo E. Tribunal (Sessão Plenária de 22/7/74), os Atos 508 e 509, relativos à estruturação dos Grupos "Direção e Assessoramento Superiores", e "Atividades de Apoio Judiciário".

A implantação do Plano, considerada sob o aspecto da passagem do servidor da situação existente na oportunidade, para a situação constante do Plano, iniciou-se em princípio de novembro e concluiu-se em dezembro, quanto às transposições.

Apenas os casos de transformações, dependentes / de curso, é que deixaram de ser atingidos em 1974. Seu total, / contudo, não ultrapassou 15% do quadro de pessoal da Região.

As atividades pertinentes à classificação de cargos recaíram, em seu peso maior, sobre o Serviço de Pessoal. Entretanto, parte desse efeito alcançou outras esferas da Administração, sobrecarregando o volume de suas tarefas.

Os dados informativos relativos a essas aludidas áreas vão sucintamente enunciados a seguir, não obstante possam ser recolhidos, de modo mais amplo, através dos anexos respectivos.

*



P R E S T A Ç Ã O D E C O N T A S

Referentemente à prestação de contas, exercício/ de 1973, da Ordenadora das Despesas, Sra. Maria Lavínia Torres Ribeiro (também titular do cargo de Diretora Geral deste Tribunal), cabe ressaltar que esta Presidência, após o exame dos termos em que a mesma se achava lavrada, determinou, em 14 de janeiro, o encaminhamento do expediente que a consubstancia, ao Colégio do Tribunal de Contas da União, seguidos os trâmites previstos / em Lei.

P E S S O A L

A exemplo do que vem ocorrendo nos últimos anos, quando sistematicamente se tem apurado progressiva elevação dos trabalhos, também em 1974, especialmente face à implantação do Plano de classificação, o volume das atividades do Serviço de / Pessoal foi extraordinariamente aumentado.

Assim, coube-lhe expedir nada menos de 606 officios; preparar 1.620 Portarias e 1.200 apostilas; realizar aproximadamente 30.000 averbações; preparar cerca de 500 Carteiras / Funcionais; expedir quase 1.300 memorandos, etc..

O R Ç A M E N T O

O Serviço de Orçamento e Controle de Pagamento / apresentou no decorrer de 1974, um movimento global sensivelmente superior aquele registrado um ano antes. Atuando mais especificamente na complexa faixa da contabilidade, competiu-lhe, primordialmente, a preparação da Prestação de Contas.

Saliente-se, mais que pelo órgão foram expedidos 4.263 fichas de contabilidade; efetuados 25.578 Lançamentos Mecanizados de Contabilidade; elaboradas 532 notas de empenho e / exatamente 1.978 contas para pagamento, bem como emitidos 770 / cheques, etc..

EXPEDIENTE DE PAGAMENTO

As atividades concernentes ao Serviço de Preparação e Expediente de Pagamento de Pessoal desenvolveram-se, como sempre, mediante plena conjugação com as relativas ao Serviço de Orçamento e Controle de Pagamento. De modo que as funções separadamente exercidas acabaram por se completar em uma unidade de resultados.

Dentre os elementos informativos, incluídos no anexo correspondente, distinguem-se os referentes à elaboração/ de 9.615 Boletins de Alteração e aproximadamente 17 mil cheques de depósitos; à averbação de quase 6 mil fichas financeiras; à expedição de 721 ofícios e 445 memorandos; à prestação de 1.000 informações de rendimentos (PASEP), etc..

COMPRAS

Os trabalhos desenvolvidos pela Comissão de Compras deste Tribunal, no exercício de que trata o presente Relatório, atingiram proporções ligeiramente maiores que as consignadas em 1973.

Seu campo de atribuições, dimensionalmente amplo, inclui a realização de concorrências e coletas de preços para a aquisição de material; a preparação de processos a serem submetidos à apreciação da Presidência; o exame do material entregue, declarando se o mesmo atende às especificações feitas; o dever de opinar sobre o levantamento de catções, etc..

Em 1974 esse organismo protocolou 1.745 documentos; elaborou, sempre precedido do cálculo estimativo da importância a dispender, um total de 70 autorizações de compras; procedeu a 211 compras diretas; concluiu 51 Convites; processou 10 Tomadas de Preços; informou e providenciou a lavratura de 11 Contratos de locação; determinou a remessa de 1.173 faturas; efetuou 290 Pedidos de Empenho, além da realização de considerável soma de serviços, discriminados no respectivo "anexo".



M A T E R I A L

O "Anexo" pertinente ao Serviço de Material indica, com precisão, a variedade e a intensidade dos trabalhos desenvolvidos pelo órgão, no correr de 1974.

Assim, verifica-se que foram confeccionados mais de 5 milhões de impressos, cumpridas quase 800 ordens de serviço, encadernados aproximadamente 400 volumes, expedidos 241 memorandos, e executadas dezenas de outros serviços.

A L M O X A R I F A D O

Apesar de sua autonomia, mas como peça complementar do Serviço de Material, coube ao Almojarifado desta Justiça, no exercício de 1974, expedir precisamente 447 notas de fornecimento, efetuar 104 despachos de material, elaborar 12 balanços mensais, preparar 220 Mapas diários do movimento de material, além de realizar inúmeras outras tarefas.

* * * * *

P R E S I D Ê N C I A

Já se tornou rotina anunciar, a cada ano, que o movimento geral da Justiça do Trabalho da 2a. Região foi superior ao anotado no exercício anterior.

Entretanto, esta Presidência não poderia omitir-se ao dever de, uma vez mais, aqui registrar o fato. E o faz envaidecida, pois entende que essa circunstância é uma decorrência natural do progresso, cujos efeitos em expansão se manifestam nos crescentes setores da indústria, comércio e agricultura.

É, portanto, a resultante do saneamento político-administrativo operado nas instituições, com respaldo numa filo



filosofia de Governo. Cujas conseqüências se expressam em cores positivas e de otimismo.

No correr de 1974 esta Presidência participou de 48 sessões ordinárias, de uma extraordinária, e de 27 administrativas.

Independentemente dos despachos processuais, apreciação dos Agravos de Petição, Agravos de Instrumento em Agravo de Petição, etc., coube-lhe presidir a nada menos de 182 audiências de dissídios coletivos.

Esta Presidência, no exercício de suas funções, teve ocasião de ausentar-se da Sede por diversas vezes. Sempre, ou em regra, com o propósito de atender a compromissos de interesse desta Justiça.

Assim, nos meses de junho, agosto, setembro e outubro, esteve presente nas cidades de Mauã, Sorocaba, Suzano, / São José do Rio Preto e Curitiba, onde presidiu as solenidades de inauguração de Juntas de Conciliação e Julgamento.

Em conformidade com disposições legais e regimentais, que fixam suas atribuições correccionais, empreendeu a Presidência algumas viagens a outros municípios dotados de Juntas.

No cumprimento desse mister pode a Presidência / atestar, ocularmente, que os trabalhos se desenvolviam sob critérios de normalidade.



Em sequência ao que se registrara no exercício / anterior, também em 1974 coube à Presidência realizar e intensificar os contactos que vinha mantendo, com vistas à conclusão dos trabalhos de reforma e readaptação do edifício da Av. Casper Líbero nº 88, onde funcionariam as nove novas Juntas de Conciliação e Julgamento da Capital, criadas pela Lei nº 5.643/70.

Felizmente as obras foram encerradas em meados / do ano, e as Juntas instaladas no dia 30 de agosto.

Parece dispensável qualquer comentário, a respeito das benéficas consequências trazidas pelo funcionamento desses novos órgãos de primeira instância, traduzidas preponderantemente pela maior celeridade na apreciação dos feitos.

*

Em atendimento ao prescrito no Regimento Interno desta E. Corte, procedeu-se, em sessão extraordinária de 2 de setembro, à eleição para a Presidência e Vice-Presidência - biênio 74/76.

A esta Presidência coube a honra de nova reeleição, enquanto para a Vice-Presidência foi eleito o ilustre Juiz Dr. Roberto Mário Rodrigues Martins, até então Presidente da E. Primeira Turma.

A cerimônia de posse transcorreu em sessão solene realizada em 16 de setembro.

Usaram da palavra para saudar os empossados o / Juiz classista Dr. Marcos Manus, o DD. Procurador Regional do / Trabalho, Dr. Vinicius Ferraz Torres, e o ilustre advogado Dr. / José Carlos da Silva Arouca.

Após as palavras de agradecimento às homenagens recebidas, formuladas pelo Dr. Roberto Mário Rodrigues Martins, esta Presidência, dirigindo-se às autoridades presentes, entre outras manifestações, conclamou a todos os trabalhadores para que, de mãos dadas com os empregadores e com as Forças Armadas, contribuam para que o Brasil ocupe a projeção que merece no concerto das Nações.

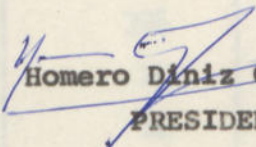
*



No instante em que encerro essas considerações de ordem geral, destinadas a oferecer uma visão dos fatos ocorridos neste Regional em 1974, desejo manifestar a V.Exa., a quem prazezamente congratulo por tão merecida eleição, bem como ao seu ilustre antecessor, Ministro Mozart Victor Russomano, o meu mais profundo agradecimento pelas múltiplas atenções recebidas.

Esta Presidência, valendo-se dos meios ao seu alcance, buscou desincumbir-se do melhor modo possível das árduas e pesadas tarefas que envolvem o cargo.

Sirvo-me do ensejo para reiterar a V.Exa.os meus protestos da mais alta consideração e apreço.


Homero Diniz Gonçalves
PRESIDENTE

Exmo. Sr.

DR. LUIZ ROBERTO DE REZENDE PUECH

DD. Ministro-Presidente do E.

Tribunal Superior do Trabalho

BRASÍLIA - DF.

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		TOTAL
VI - IMPUGNAÇÕES DE VOGAL				
a) Procedentes	1	-	-	1
b) Improcedentes	1	1	-	2
c) Não conhecidos	5	4	-	9
TOTAL				12
VII - AGRAVO DE INSTRUMENTO				
a) Providos	54	35	-	89
b) Não providos	118	60	-	178
c) Providos parcial	4	2	-	6
d) Não conhecidos	19	18	-	37
TOTAL				310
VIII - AGRAVO DE PETIÇÃO				
a) Providos	96	88	-	184
b) Não providos	476	151	-	627
c) Providos parcial	30	15	-	45
d) Não conhecidos	59	34	-	93
e) Homologados	-	-	2	2
TOTAL				951
IX - AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM AGRAVOS DE PETIÇÃO				
a) Providos	7	1	-	8
b) Não providos	20	8	-	28
c) Não conhecidos	3	1	-	4
TOTAL				40
X - RECURSOS EX OFÍCIO				
a) Providos	30	7	-	37
b) Não providos	222	22	-	244
c) Não conhecidos	7	1	-	8
d) Providos parcial	31	7	-	38
TOTAL				327
XI - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO				
a) Providos	-	-	-	-
b) Não providos	1	1	-	2
TOTAL				2

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO	TOTAL
XII - RECURSOS REVISIONAIS			
a) Recursos revisionais	-	-	9
TOTAL			9
XIII - PEDIDOS DE CORREIÇÃO			
a) Pedidos de correição	-	-	61
TOTAL			61
TOTAL GERAL			11 101

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO		TOTAL
VI - IMPUGNAÇÕES DE VOGAL				
a) Procedentes	1	-	-	1
b) Improcedentes	1	1	-	2
c) Não conhecidos	5	4	-	9
TOTAL				12
VII - AGRAVO DE INSTRUMENTO				
a) Providos	54	35	-	89
b) Não providos	118	60	-	178
c) Providos parcial	4	2	-	6
d) Não conhecidos	19	18	-	37
TOTAL				310
VIII - AGRAVO DE PETIÇÃO				
a) Providos	96	88	-	184
b) Não providos	476	151	-	627
c) Providos parcial	30	15	-	45
d) Não conhecidos	59	34	-	93
e) Homologados	-	-	2	2
TOTAL				951
IX - AGRAVOS DE INSTRUMENTO EM AGRAVOS DE PETIÇÃO				
a) Providos	7	1	-	8
b) Não providos	20	8	-	28
c) Não conhecidos	3	1	-	4
TOTAL				40
X - RECURSOS EX OFÍCIO				
a) Providos	30	7	-	37
b) Não providos	222	22	-	244
c) Não conhecidos	7	1	-	8
d) Providos parcial	31	7	-	38
TOTAL				327
XI - EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO				
a) Providos	-	-	-	-
b) Não providos	1	1	-	2
TOTAL				2

DECISÕES	EMPREGADOR	EMPREGADO	TOTAL
XII - RECURSOS REVISIONAIS			
a) Recursos revisionais	-	-	9
TOTAL			9
XIII - PEDIDOS DE CORREIÇÃO			
a) Pedidos de correição	-	-	61
TOTAL			61
TOTAL GERAL			11 101

E S P É C I E S	P R O C U R A D O R I A				COM OS JUÍZES	ADIADOS	DILI- GÊNCIA	TOTAL	
	EM SEU PODER EM 30/ 11/74	ENTRE- GUES EM DE- ZEMBRO	TOTAL	DEVOL- VIDOS					EM SEU PODER EM 31/ 12/74
Recursos.....	3 536	617	4 153	500	3 653	2 052	6	3	5 714
Dissídios.....	48	31	79	23	56	7			63
Agravo instrumento.....	81	10	91	8	83	46			129
Mandado de segurança.....	34	3	37	2	35	7	1		43
Conflitos.....	10	50	60	6	54	19			73
Impugnação vogal.....	1		1		1	11			12
Ação rescisória.....	17	3	20	1	19	5			24
Exceção: suspeição.....	2		2		2				2
Rec. ex-offício.....	343	26	369	16	353	11	1		365
Agravo petição.....	265	48	313	22	291	155	4		450
Agr.Instr./Agr.Petição.....	27	2	29		29				29
T O T A L	4 364	790	5 154	578	4 576	2 313	12	3	6 904

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICA

ANO DE 1973

	Nº Sessões Realizadas	Média proces. julg.p/sessão
Tribunal		
Pleno	48	10,00
1a. Turma	77	38,32
2a. Turma	72	39,80
3a. Turma	54	52,70
Médias no Período	62,75	35,20

ANO DE 1974

	Nº Sessões Realizadas	Média proces. julg.p/sessão	Var. % 73/74
Tribunal			
Pleno	76	7,15	- 2,85
1a. Turma	81	40,32	+ 2,00
2a. Turma	68	53,57	+ 13,77
3a. Turma	57	63,78	+ 11,08
Médias no Período	282	39,36	+ 4,16

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - SEGUNDA REGIÃO

_ Anexo V _

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICA

ANO DE 1973

ANO DE 1974

	Recebi- dos	Julga- dos	Índice de Produtivi- de
Tribunal			
Pleno	472	480	101,69
1a. Turma	2.813	2.951	104,90
2a. Turma	2.892	2.866	99,10
3a. Turma	2.845	2.746	96,52
Totais no Período	9.022	9.043	100,23

	Recebi- dos	Julga- dos	Índice de Produtivi- de	Var. % 73/74
Tribunal				
Pleno	578	556	96,19	- 5,50
1a. Turma	3.663	3.266	89,16	- 15,74
2a. Turma	3.653	3.643	99,72	+ 0,62
3a. Turma	3.681	3.636	98,77	+ 2,25
Totais no Período	11.575	11.101	95,90	- 4,33

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO - 2a. REGIÃO

Audiências do Presidente	182
Sessões Realizadas (1a., 2a., 3a. Turmas e Pleno)...	282
Processos recebidos	11.575
Processos entrados em pauta	11.392
Número de recorrentes protocolados	27.992
Desistências	151
Processos convertidos em diligência	224
Adiados	449
Número de papéis protocolados	24.591
Processos solucionados	11.101
Acórdãos lavrados	10.847
Acórdãos publicados	9.984
Custas e emolumentos recebidos	184.451,00
Processos enviados ao T.S.T.	3.256

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICA

- Anexo VII -

Ofícios Expedidos	5.493
Telegramas Expedidos	171
Cálculos de rec. salarial efetuados	358
Nº de processos distribuídos - Pleno	575
Nº de fichas - Dissídio Coletivo	616
Nº de quadros estatísticos elaborados	132
Diligências e Consultas a outros órgãos	104

SERVICO DE INFORMACOES E ESTATISTICA - T.R.T. 2a. REGIAO

I - PRESIDENCIA

SALDO DO MÊS ANTERIOR	0
RECEBIDOS NO MÊS	17.277
DECIDIDOS	17.277
SALDO	0

II - TRIBUNAL PLENO

SALDO DO MÊS ANTERIOR	151
RECEBIDOS NO MÊS	578
DECIDIDOS	556
SALDO	173

III - PRIMEIRA TURMA

SALDO DO MÊS ANTERIOR	422
RECEBIDOS NO MÊS	3.663
DECIDIDOS	3.266
SALDO	819

IV - SEGUNDA TURMA

SALDO DO MÊS ANTERIOR	968
RECEBIDOS NO MÊS	3.653
DECIDIDOS	3.643
SALDO	978

V - TERCEIRA TURMA

SALDO DO MÊS ANTERIOR	298
RECEBIDOS NO MÊS	3.681
DECIDIDOS	3.636
SALDO	343

VI - PROCURADORIA

SALDO DO MÊS ANTERIOR	4.950
ENVIADOS NO MÊS	11.261
DEVOLVIDOS	11.635
SALDO	4.576

- MOVIMENTO DE ARRECAÇÃO DE CUSTAS E EMOLUMENTOS DE 1 974 -

- M E S E S -	C A P I T A L		F O R A D A S E D E		T O T A L	
	IMPORTÂNCIA G\$..	GUIAS	IMPORTÂNCIA G\$..	GUIAS	IMPORTÂNCIA G\$..	GUIAS
Janeiro	283 264,00	2 989	145 352,28	1 895	428 616,28	4 884
Fevereiro	287 411,00	3 027	143 904,67	1 717	431 315,67	4 744
Março	353 520,17	3 988	184 077,33	2 398	537 597,50	6 386
Abril	343 272,55	3 633	183 005,54	2 333	526 278,09	5 966
Maió	486 117,52	4 442	204 258,60	2 718	690 376,12	7 160
Junho	366 555,65	3 948	172 086,51	2 245	538 642,16	6 193
Julho	454 576,17	4 539	257 889,26	2 904	712 465,43	7 443
Agosto	457 554,15	4 473	254 870,29	2 886	712 424,44	7 359
Setembro	470 944,69	4 547	242 352,22	2 809	713 296,91	7 356
Outubro	555 558,05	5 404	290 384,87	2 918	845 942,92	8 322
Novembro	521 972,04	4 784	236 108,48	2 623	758 080,52	7 407
Dezembro	360 612,37	3 606	201 689,56	2 212	562 301,93	5 818
TOTAL GERAL	4 941 358,36	49 380	2 515 979,61	29 658	7 457 337,97	79 038

- CUADRO COMPARATIVO - RESUMO -

A N O S	VALOR ARRECADADO G\$..	GUIAS
Ano de 1 970	G\$ 1 908 206,67	43 757
Ano de 1 971	G\$ 2 614 524,54	52 837
Ano de 1 972	G\$ 3 397 766,07	58 781
Ano de 1 973	G\$ 5 465 276,95	68 942
Ano de 1 974	G\$ 7 457 337,97	79 038
TOTAL GERAL...	G\$ 20 843 112,20	303 355

ESTATÍSTICA RESUMIDA DO EXERCÍCIO DE 1974

	PROCESSOS RECEBIDOS	PROCESSOS DEVOLVIDOS
Saldo de dezembro/73.....	503	
Janeiro.....	626	528
Fevereiro.....	588	633
Março.....	823	601
Abril.....	691	593
Maió.....	810	724
Junho.....	744	567
Julho.....	897	405
Agosto.....	826	405
Setembro.....	782	645
Outubro.....	875	587
Novembro.....	661	672
Dezembro.....	619	510
T O T A L	9.445	6.870

MOVIMENTO GERAL DA CONTADORIA NO ANO EM EPÍGRAFE

Principal.....	Cr\$ 25.860.914,48
Juros de Mora.....	Cr\$ 8.300.521,18
Correção Monetária.....	Cr\$ 31.694.284,01
Custas Processuais.....	Cr\$ 455.665,60
Custas do cálculo.....	Cr\$ 41.584,52

Durante o ano de 1974 foram devolvidos 6.870 processos com 12.782 reclamantes.

SERVIÇO DE CADASTRAMENTO PROCESSUAL

Processos Autuados	11 392
Processos Remetidos	27 137
Processos Distribuidos	11 667
Processos recebidos do C. IST	2 753
Processos incluídos em pauta registrados em fichas	11 392
Processos julgados e registrados em fichas	11 086
Petições, Ofícios e Documentos protocolados	24 591
Ofícios expedidos	440
Ofícios e Requerimentos enviados à Sec. Administrativa	10 531
Telegramas expedidos	4
Recursos e Petições registradas em fichas	13 999
Correspondência remetidas ao Setor 1 -- Expedição	335 038
Distribuição (Pleno e Turmas) registrada em fichas	11 667
Acórdãos publicados no Diário Oficial registrados em fichas .	10 409
Capas feitas	11 389
Fichas feitas .	22 778
Processos recapados	11 627

-SERVIÇO ADMINISTRATIVO-

- SERVIÇO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -

- Anexo XII -

Documentos protocolados	1 745
Pedidos de Empenho	290
Remessa de Conta	1 173
Autorizações de Compras	70
Ofícios	296
Empenhos	446
Compras Diretas	211
Convites	51
Tomadas de Preços	10
Inscrição de Fornecedores	55
Guias de Caução	64
Memorandos	98
Processo de Locação	11
Empenhos de amarração	43
Telegramas	1

- SERVIÇO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO -

Ofícios expedidos	22
Memorandos expedidos	241
Notas de Recolhimento	115
Notas de transferência	277
Termos de responsabilidade	489
Material Permanente, escriturado e tombado ...	2 300
Material Bibliográfico, escriturado e tombado.	204
Guias de devolução	3
Requisição de material	89
Ordem de serviço	874
Notas de fornecimento S.M.	27
Laudos de avaliação	2
Processo de alienação	3
Relação de controle de despesas da copa	10
Relação de máquinas	17
Relação de material	3
Rol para lavanderia	51
Matrizes confeccionadas	284
Volumes encadernados	392
Pedidos de impressão, do almoxarifado	34
Impressos confeccionados	5 007 391
Corte de papel	1 413 000
Relação de produção	244
Relação dos impressos	76

- SETOR DE MATERIAL -

<u>ENTRADAS</u>	
Requisições	1 398
Ofícios	271
Notas fiscais	955
Empenhos	190
Telegramas	12
Memorandos	107
Papeletas da Sala de Impressão com serviços executados	75
<u>SAÍDAS</u>	
Notas de fornecimentos	4 447
Memorandos	23
Guias do correio	71
Despachos de material	104
Pedidos para a Comissão de Compras	28
Pedidos para a Sala de Impressão	39
Mapas diário do movimento de material	220
Balancetes mensais	12

- SETOR DE MANUTENÇÃO -

<u>Ordens de Serviço</u>	
Transferidos de 1973	2
Emitidas em 1974	496
Cumpridas	490
Canceladas	6
Para cumprir	2
Ofícios recebidos	28
Memorandos recebidos	2
Ofícios expedidos	5
Memorandos expedidos	5
Compras efetuadas	82
(totalizando Cr\$ 1.982,50 referentes a 4 suprimentos de fundos)	
Guia de devolução de material ..	5

SERVIÇO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Ofícios Expedidos.....	287
Notas de empenho emitidas ou deduzidas.....	532
Ordens Bancárias emitidas	616
Informações	29
Guias de Recolhimento	41
Folhas de Pagamento	162
Processos	27
Prestação de Contas	1
Tomada de Contas	1
Notas de Empenho Anulação	48
Cheques	770
Balancetes	72
Contas preparadas	1.978
Guias de Lançamento Expedidas	4.263
Lançamentos mecanizados da contabilidade	25.578
Conciliação de saldo bancário	12
Notas de Pagamento	1.208
Proposta Orçamentária	1
Quadro Demonstrativo do P.C.C.	1

SETOR DE PREPARAÇÃO DE PAGAMENTO DO PESSOALSERVIÇO DO PESSOAL

Ofícios.....	606
Memorandos.....	1.285
Certidões.....	173
Telegramas.....	27
Informações ao S.P.E.P.P.	500
Carteiras Funcionais.....	800
Carteiras de Magistrado.....	13
Contagens de Tempo de Serviço..	500
Informações Comerciais.....	600
Atos.....	693
Portarias.....	1.620
Ordens de Serviço.....	110
Termos de Posse.....	155
Termos de Exercício.....	75
Termos de Posse e Exercício....	156
Expedientes de Promoção.....	5
Processos.....	267
Cadastros.....	420
Apostilas.....	1.200
Averbações.....	30.000
Listas de Antiquidade.....	4

Averbações.....	8.208
Atendimentos de Empréstimo.....	316
Boletins de Alteração.....	9.615
Certidões.....	1.282
Cheques de Depósitos.....	17.274
Circulares.....	6
Declarações.....	44
Fichas do Banco do Brasil.....	233
Fichas Financeiras.....	1.785
Folha de Pagamento de Diárias.....	96
Folha de Pagamento de Substituição.....	25
Folha de Pagamento de Serviço Extraordinário	13
Folha de Pagamento de Auxílio - doença.....	1
Folhas de Pagamento - Extras.....	9
Guias de Transferência.....	2
Informações.....	63
Memorandos Expedidos.....	445
Ofícios Expedidos.....	721
Ordem de Serviço Interna.....	24
Remessas.....	4
P A S E P - Atendimento.....	1.093
Processos.....	16
Tabelas Elaboradas.....	29

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUIDOS ÀS JUNTAS NO ANO DE 1974 - Anexo XVI -

JUNTAS	CARTAS PRECATÓRIAS		HOMOLOGAÇÕES OPÇÃO		ESCRITAS		VERBAIS		INQUÉRITO		RETRATAÇÃO		TOTAL	
	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	Proc.	Recl.	P roc.	Recl.	Proc.	Recl.
1a.	328	781	951	951	2.001	2.592	398	425	2	2	-	-	3.680	4.751
2a.	328	771	951	951	1.995	2.633	402	443	3	3	-	-	3.679	4.801
3a.	330	1.533	952	952	1.985	2.517	416	452	-	-	-	-	3.683	5.454
4a.	329	1.831	952	952	1.991	3.152	406	426	3	3	-	-	3.681	6.364
5a.	330	1.050	952	952	1.999	2.954	400	417	1	1	-	-	3.682	5.374
6a.	330	820	952	952	2.005	2.488	394	422	2	2	-	-	3.683	4.684
7a.	330	1.240	952	952	1.990	2.658	411	447	-	-	-	-	3.683	5.297
8a.	329	916	952	952	1.985	2.622	414	445	2	2	-	-	3.682	4.937
9a.	329	920	951	951	1.984	2.753	414	446	3	3	-	-	3.681	5.073
10a.	329	1.221	952	952	2.014	2.865	386	401	1	1	-	-	3.682	5.440
11a.	329	970	952	952	1.987	2.962	413	447	-	-	-	-	3.681	5.331
12a.	330	1.367	952	952	1.988	3.844	409	422	2	2	-	-	3.681	6.587
13a.	329	529	952	952	1.988	3.763	411	437	1	1	-	-	3.681	5.682
14a.	329	738	952	952	1.994	2.992	406	446	1	1	-	-	3.682	5.129
15a.	330	1.081	952	952	1.986	2.960	413	446	1	1	-	-	3.682	5.440
16a.	331	557	953	953	1.989	2.749	409	437	1	1	-	-	3.683	4.697
17a.	330	614	952	952	1.994	3.574	402	432	3	3	-	-	3.681	5.575
18a.	331	934	953	953	2.014	2.591	385	433	1	1	-	-	3.684	4.912
19a.	330	712	952	952	1.995	2.696	403	429	2	2	-	-	3.682	4.791
20a.	329	712	953	953	2.003	2.730	395	425	2	2	-	-	3.682	4.822
21a.	328	1.029	952	952	2.039	2.721	360	386	1	1	-	-	3.680	5.089
22a.	328	808	952	952	1.992	2.886	407	426	1	1	-	-	3.680	5.073
23a.	328	1.293	952	952	1.998	3.040	397	431	3	3	-	-	3.678	5.719
24a.	58	125	145	145	1.197	1.464	54	56	2	2	-	-	1.456	1.792
25a.	58	72	145	145	1.190	1.580	62	64	1	1	-	-	1.456	1.862
26a.	57	69	145	145	1.191	1.509	59	60	3	3	-	-	1.455	1.786
27a.	57	128	145	145	1.192	1.489	60	70	2	2	-	-	1.456	1.834
28a.	57	290	144	144	1.193	1.478	60	73	1	1	-	-	1.455	1.986
29a.	57	62	144	144	1.199	1.545	55	55	-	-	-	-	1.455	1.806
30a.	57	247	144	144	1.195	1.515	58	58	1	1	-	-	1.455	1.965
31a.	57	368	144	144	1.195	1.968	58	58	1	1	-	-	1.455	2.539
32a.	57	303	144	144	1.192	1.623	61	65	-	-	-	-	1.454	2.135
TOTAL	8.089	24.091	23.196	23.196	56.660	80.913	9.778	10.480	47	47	-	-	97.770	138.727

- QUADRO GERAL COMPARATIVO (MENSAL E ANUAL) DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS -

- Anexo XVII -

- DISTRIBUIDOS NO PERÍODO DE 1 941 a 1 974 -

M E S E S	1941-1945	1946-1950	1951-1955	1956-1960	1961-1965	1966-1971	1 972	1 973	1 974	TOTAL GERAL
JANEIRO	1 902	4 682	7 419	12 480	20 026	33 542	6 276	6 232	7 064	99 623
FEVEREIRO	1 375	4 089	7 056	12 285	18 216	31 902	5 720	6 084	6 344	93 071
MARÇO	2 094	4 473	8 393	13 315	20 114	37 761	6 962	5 906	8 161	107 179
ABRIL	1 786	3 958	7 185	12 057	19 290	32 744	6 513	5 735	9 302	98 610
MAIO	1 810	4 290	7 599	11 536	20 420	33 818	7 014	6 465	9 464	102 416
JUNHO	2 004	3 664	7 456	10 977	18 911	31 881	6 765	5 536	8 003	95 197
JULHO	2 304	3 912	8 864	11 805	20 921	34 163	5 806	5 803	8 768	102 346
AGOSTO	2 903	3 713	7 987	11 515	20 334	35 265	6 438	6 263	8 177	102 595
SETEMBRO	2 907	3 549	7 727	11 156	19 713	33 628	5 155	5 479	8 434	97 748
OUTUBRO	4 122	3 937	7 656	11 712	21 221	35 448	5 976	6 558	9 782	106 412
NOVEMBRO	2 517	3 559	7 682	10 624	19 177	32 690	5 387	6 120	8 434	96 190
DEZEMBRO	2 281	3 723	7 638	10 491	18 644	32 207	3 516	3 700	5 837	88 037
T O T A L	28 005	47 549	92 662	139 993	236 987	405 049	71 528	69 881	97 770	1 189 424

1 189 424

TOTAL das reclamações entradas desde a instalação da "JUSTIÇA DO TRABALHO" até 19 de dezembro de 1 974.

QUADRO COMPARATIVO DOS PROCESSOS E RECLAMAÇÕES DISTRIBUÍDOS

- Anexo XVIII-

DE JANEIRO A DEZEMBRO DE 1973 A IGUAL PERÍODO DE 1974

A N O S	PROCESSOS ou RECLAMAÇÕES	E S P É C I E				T O T A I S	
		HOMOLOGAÇÕES OPÇÃO	CARTAS PRECATÓRIAS	RECLAMAÇÕES VERBAIS	RECLAMAÇÕES ESCRITAS	PROC.	RECL.
1 9 7 3	PROCESSOS	5.932	7.666	7.503	48.880	69.981	
	RECLAMANTES	5.932	16.889	7.953	81.044	111.818	
1 9 7 4	PROCESSOS	23.196	8.089	9.778	56.707	97.770	
	RECLAMANTES	23.196	24.091	10.480	80.960	138.727	
	Proc.	+ 17.264	+ 423	+ 2.275	+ 7.827	+ 27.789	
	DIFERENÇAS Recl.	+ 17.264	+ 7.202	+ 2.527	- 84	+ 26.909	
	PORCENTAGEM Proc.	+ 291,03%	+ 5,51%	+ 30,32%	+ 16,01%	+ 39,70%	
	Recl.	+ 291,03%	+ 42,64%	+ 31,77%	- 0,10%	+ 24,06%	

RELAÇÃO DAS RECLAMAÇÕES ENTRADAS E DISTRIBUÍDAS - Anexo XIX -

DURANTE O ANO DE 1974

D I S T R I B U I Ç Ã O - S A N T O S

E S T A T Í S T I C A A N U A L

ORIGEM	1a. J.C.J.		2a.J.C.J.		3a.J.C.J.		TOTAL ANUAL	
	rectes.	procs.	rectes.	procs.	rectes.	procs.	rectes.	procs.
DELEG.REG. TRAB. MT	69	69	70	70	70	70	209	209
C.Precat.	103	92	116	91	121	90	340	273
Escrita	5.004	3.516	4.894	3.535	4.820	3.541	14.718	10.592
Verbal	278	276	264	259	259	254	801	789
TOTAL	5.454	3.953	5.344	3.955	5.270	3.955	16.068	11.863

DISTRIBUIÇÃO - SANTOS

- Anexo XX -

Relação dos processos entrados e distribuídos durante
o período de 1 954 a 1 974.

ANO	PROCESSOS	Diferença em re- lação ao ano an- terior
1 954*	783	-----
1 955	1 419	+ 81%
1 956	2 370	+ 67%
1 957	2 594	+ 9,4%
1 958	2 497	- 4%
1 959	2 825	+ 13%
1 960	2 373	- 16%
1 961	2 461	+ 4,1%
1 962	2 866	+ 16%
1 963	4 032	+ 40%
1 964	3 945	- 1%
1 965	4 427	+ 10%
1 966	4 183	- 5,5%
1 967	5 574	+ 3,3%
1 968	7 804	+ 40%
1 969	13 640	+ 73%
1 970	10 062	- 2,2%
1 971	7 468	- 24,5%
1 972	6 210	- 16%
1 973	5 964	- 3,95%
1 974	11 863	+ 98,5%

* a partir de 1º de abril de 1 954.

- DISTRIBUIÇÃO DE CURITIBA -

- Anexo XXI -

- PROCESSOS DISTRIBUIDOS NO ANO DE 1974 -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE CURITIBA	1a. JUNTA		2a. JUNTA		3a. JUNTA		4a. JUNTA		TOTAL DAS JUNTAS	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
Verbais	1 530	1 651	1 528	1 616	1 528	1 653	275	294	4 861	5 214
Escritas	1 062	1 489	1 060	1 632	1 059	1 525	127	835	3 308	5 481
C. Precatórias	219	322	219	421	218	451	22	29	678	1 223
D. Coletivos	4	4	2	2	3	3	-	-	9	9
Leis nº 5 107/66 5 958/73	793	793	790	790	790	790	204	204	2 577	2 577
T O T A L	3 608	4 259	3 599	4 461	3 598	4 422	628	1 362	11 433	14 504

- DISTRIBUIÇÃO DE SOROCABA -

- Anexo XXII -

- PROCESSOS DISTRIBUIDOS NO ANO DE 1974 -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SOROCABA	1a. JUNTA		2a. JUNTA		TOTAL DAS JUNTAS	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
C. Precatórias	13	15	19	21	32	36
Homologações de opção	133	133	146	146	279	279
Escritas	165	318	189	352	354	670
Verbais	71	76	121	142	192	218
T O T A L	382	542	475	661	857	1 203

- DISTRIBUIÇÃO DE SANTO ANDRÉ -

- PROCESSOS DISTRIBUIDOS NO ANO DE 1974 -

JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE SANTO ANDRÉ	1a. JUNTA		2a. JUNTA		TOTAL DAS JUNTAS	
	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES	PROCESSOS	RECLAMANTES
C. Precatórias	302	302	302	302	604	604
H. de opção FGTS.....	656	656	656	656	1 312	1 312
Escritas	832	1 299	824	1 358	1 656	2 657
Verbais	808	866	816	897	1 624	1 763
T O T A L	2 598	3 123	2 598	3 213	5 196	6 336

S E D E

J.C.J.	SALDO DO ANO ANTERIOR	R E C E B I D O S		D E C I D I D O S		SALDO PARA 1975	
		Processos	Reclamantes	Processos	Reclamantes		
1a. JUNTA	1 430 ¹	3 680	5110	4 751	3 631	-	1 479 ¹
2a. JUNTA	802 866	3 679	4481	4 801	3 737	5 882	808 744
3a. JUNTA	1614 1 425	3 683	5297	5 454	3 943	7 113	1-165-1354
4a. JUNTA	1 757	3 681	5438	6 364	3 503	4 041	1 935
5a. JUNTA	1 321 ¹	3 682	5003	5 374	3 888	5 792	1 115 ¹
6a. JUNTA	1490 940	3 683	5133	4 684	3 605	4 914	1-018-1568
7a. JUNTA	8309 2 923	3 683	11992	5 297	3 526	4 052	3-080-8466
8a. JUNTA	3788 2 160	3 682	7470	4 937	3 848	4 672	1-994-3622
9a. JUNTA	1 070 ¹	3 681	4751	5 073	3 658	4 889	1 093 ¹
10a. JUNTA	2305 1 290	3 682	6487	5 440	3 496	4 137	1-476-2391
11a. JUNTA	859 396	3 681	4540	5 331	3 646	4 900	431 894
12a. JUNTA	1 384 ¹	3 681	5065	6 587	3 770	4 948	1 295 ¹
13a. JUNTA	3179 2 545	3 681	6860	5 682	3 617	4 743	2-609-3249
14a. JUNTA	1743 1 632	3 682	5425	5 129	3 891	5 251	1-423 1534
15a. JUNTA	1 142 ¹	3 682	4824	5 440	3 642	4 741	1 182
16a. JUNTA	2517 1 595	3 683	6200	4 697	4 209	6 187	1-069-1991
17a. JUNTA	895 800	3 681	4576	5 575	3 448	4 900	1-033 1128
18a. JUNTA	1227 412	3 684	4921	4 903	3 797	5 762	299 1124
19a. JUNTA	816 705	3 682	4498	4 791	3 945	4 957	442 553
20a. JUNTA	663 ¹	3 682	4345	4 822	3 953	5 432	392
21a. JUNTA	1513 1 192	3 680	5198	5 089	3 699	5 279	1-173 1499
22a. JUNTA	3054 1 740	3 680	6734	5 073	3 263	4 475	2-157 3471
23a. JUNTA	1 440 ¹	3 678	5113	5 719	3 305	4 647	1 813 ¹
24a. JUNTA	-	1 456	1456	1 792	878	983	578
25a. JUNTA	-	1 456	"	1 862	958	1 153	498
26a. JUNTA	-	1 455	1455	1 786	823	918	632
27a. JUNTA	-	1 456	1456	1 834	884	1 075	572
28a. JUNTA	-	1 455	1455	1 986	805	904	650
29a. JUNTA	-	1 455	"	1 806	889	993	566
30a. JUNTA	-	1 455	"	1 965	798	1 060	657
31a. JUNTA	-	1 455	"	2 539	876	981	579
32a. JUNTA	-	1 456	"	2 135	892	1 250	562
TOTAIS	30 828* 44833	97 770	142603	138 718	92 823	121 031	35 775 49780

* SALDO CORRIGIDO

MOVIMENTO GERAL DE PROCESSOS DAS JUNTAS DA 2a. REGIÃO

- Anexo XXIV -

FORA DA SEDE - 1974

J.C.J.	SALDO DO ANO ANTERIOR	RECEBIDOS		DECIDIDOS		SALDO PARA 1975	
		Processos	Reclamantes	Processos	Reclamantes		
AMERICANA	80	784	864	1.160	799	1.217	65
ARARAQUARA	61	883	944	2.000	876	2.264	68
BARRETOS	196	695	891	1.291	526	1.036	365
BAURU	62 ⁸²	1.075	1157	1.895	1.055	1.829	82 ¹⁰²
CAMPINAS	1.562 ¹⁶³³	3.626	5259	6.794	2.907	1.558	2.281 ²³⁵²
FRANCA	67 ⁶⁶	990	1056	2.434	938	2.349	119 ¹¹⁸
GUARULHOS	809	2.516	3325	3.195	2.339	2.905	986
JUNDIAÍ	438	2.325	2763	4.877	2.241	4.635	522
LIMEIRA	142	858	1000	1.675	859	1.790	141
MAUÁ	-	555	555	626	529	577	26
MOGI DAS CRUZES	711 ⁹⁷³	1.398	2371	2.015	2.012	2.346	97 ³⁵³
OSASCO	981 ¹⁰⁸³	2.371	3454	3.028	1.871	2.491	1.481 ¹⁵²³
PIRACICABA	69 ²⁷¹	1.249	1520	4.950	1.111	3.531	207 ⁴⁰⁹
RIBEIRÃO PRETO	96	1.500	1596	3.210	1.483	3.621	113
RIO CLARO	242	354	596	2.679	336	2.633	260
1a. - SANTO ANDRÉ	290 ³⁷⁸	2.314	2692	2.887	2.236	2.699	368 ⁴⁵⁶
2a. - SANTO ANDRÉ	467 ⁹³	2.315	2408	2.944	2.324	2.872	458 ⁸⁴
1a. - SANTOS	653	3.954	4607	4.963	3.780	4.156	827
2a. - SANTOS	498 ⁴⁹¹	3.955	4446	5.041	3.738	4.232	715 ⁷⁰⁸
3a. - SANTOS	497	3.950	4447	5.186	3.686	4.043	761
SÃO BERNARDO DO CAMPO	1.307	4.398	5705	8.997	4.135	6.655	1.570
SÃO CAETANO DO SUL	208 ³⁸⁷	1.418	1805	2.649	1.268	2.734	358 ⁵³⁷
SÃO CARLOS	195	1.503	1698	3.253	1.379	3.008	319
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	478 ⁴⁷⁷	1.441	1918	1.534	1.345	1.398	574 ⁵⁷³
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	-	632	632	1.004	324	357	308
1a. - SOROCABA	284	1.745	2029	2.149	1.866	2.380	163
2a. - SOROCABA	-	475	475	661	364	406	111
SUZANO	-	601	601	601	354	354	247
TAUBATÉ	148 ¹⁴⁶	1.655	1801	2.095	1.706	2.008	97 ⁹⁵
1a. - CURITIBA	1.103 ¹¹⁰²	2.805	3907	3.359	2.981	3.430	927 ⁹⁰⁶
2a. - CURITIBA	412	2.844	3256	3.354	3.009	3.581	247
3a. - CURITIBA	772	2.587	3359	3.178	2.773	3.217	586
4a. - CURITIBA	-	635	635	1.369	432	510	203
LONDRINA	244	2.261	2505	2.699	2.223	2.777	282
PARANAGUÁ	102 ¹⁰⁶	803	909	833	768	840	137 ¹⁴¹
PONTA GROSSA	59	399	458	578	428	596	30
UNIÃO DA VITÓRIA	23	727	750	745	711	712	39
GORUMBÁ	28	483	511	679	468	510	43
CUIABÁ	147 ¹⁶⁵	1.321	1486	1.536	1.409	1.624	59 ⁷⁷
TOTAIS	13991 13.431	66.400	8291 104.123	104.123	63.589	89.881	16.802 16.242

M O V I M E N T O A N U A L- 1 9 7 4 -S E D EI - R E S U M O

Sessões realizadas	6 006
Prazo médio para realização da la. audiência.....	44
Reclamações recebidas:a)processos: 97 770 b)recl....	138 718
Rec.entradas em pauta:a)processos:125 352 b)recl....	226 942
Rec. solucionadas(II):a)processos: 92 823 b)recl....	121 031
Rec. a julgar (III) :a)processos: 35 775 b)recl....	110 843
Julgamentos adiados.....	45 729

III - S I T U A Ç Ã O P R O C E S S U A L

ESPECIFICAÇÃO DOS FEITOS	NÚMERO
* Processos vindos do ano anterior.....	30 828
Recebidos durante o ano.....	97 770
Total a julgar.....	128 598
Julgados no ano.....	92 823
<hr/>	
PROCESSOS PENDENTES / ANO	35 775

IV - R E C U R S O S

INTERPOSTOS	NÚMERO
Ordinários.....	5 352
Agravos de instrumento.....	219
Agravos de petição.....	521
Embargos a Execução.....	5
<hr/>	
T O T A L	6 097

* SALDO CORRIGIDO

II - M O V I M E N T O D E P R O C E S S O S

ESPÉCIES E DECISÕES	PROC.	IMPORTÂNCIA Cr\$
Reclamações conciliadas.....	26 571	Cr\$ 60 482 966,66
Julgadas procedentes.....	7 889	Cr\$ 54 909 931,48
Julgadas procedentes em parte....	5 318	Cr\$ 32 581 282,48
Julgadas improcedentes.....	3 599	Cr\$ 16 455 152,19
Não conhecidas	52	Cr\$ 4 484 473,33
Arquivadas.....	21 567	Cr\$ 44 422 245,62
Desistências	1 727	Cr\$ 4 107 752,47
Incompetência da junta.....	44	Cr\$ 31 100,00
Feitos remetidos a outros órgãos.	1 763	Cr\$ 34 607,60
Homologação de opção (Lei 5 107).	17 259	Cr\$ -,-
Homologação de demissão (art.500)	1 839	Cr\$ -,-
Carecedores de ação.....	154	Cr\$ 2 554 830,68
Outros.....	5 041	Cr\$ 69 098 485,67
<hr/>		
PROCESSOS SOLUCIONADOS.....	92 823	Cr\$ 289 162 828,18

V - A T O S D E E X E C U Ç Ã O

ESPÉCIES	NÚMERO
Mandados expedidos.....	31 343
Penhoras feitas	7 863
Praças efetuadas.....	2 586
Precatórias recebidas.....	7 468
Precatórias expedidas.....	3 332
Sentenças liquidadas.....	10 520
Precatórias devolvidas.....	4 864
<hr/>	
T O T A L	67 976

MOVIMENTO ANUAL

- 1 9 7 4 -

FORA DA SEDEI - RESUMO

Sessões realizadas.....	7 246
Prazo médio para realização da la. audiência.....	41 dias
Reclamações recebidas:a)processos: 66 400 b)recl....	104 123
Rec.entradas em pauta;a)processos: 92 451 b)recl....	165 669
Rec. solucionadas (II)a)processos: 63 589 b)recl....	89 881
Rec. a julgar (III) :a)processos: 16 242 b)recl....	38 131
Julgamentos adiados.....	29 361

III - SITUAÇÃO PROCESSUAL

ESPECIFICAÇÃO DOS FEITOS	NÚMERO
* Processos vindos do ano anterior.....	13 431
Recebidos durante o ano.....	66 400
Total a julgar.....	79 831
Julgados no ano.....	63 589
PROCESSOS PENDENTES / ANO	16 242

IV - RECURSOS

INTERPOSTOS	NÚMERO
Ordinários	4 316
Agravos de instrumento.....	145
Agravos de petição.....	288
Embargos a execução.....	50
TOTAL	4 799

* SALDO CORRIGIDO

II - MOVIMENTO DE PROCESSOS

ESPÉCIES E DECISÕES	PROC.	IMPORTÂNCIA Cr\$
Reclamações conciliadas.....	17 856	34 277 423,80
Julgadas procedentes.....	5 470	23 125 709,76
Julgadas procedentes em parte.....	3 998	18 211 656,65
Julgadas improcedentes.....	2 539	10 554 492,25
Não conhecidas.....	68	19 161 739,55
Arquivadas.....	9 199	18 917 243,61
Desistências.....	1 884	3 950 478,94
Incompetência da junta.....	85	57 330,06
Feitos remetidos a outros órgãos.....	1 828	103 018,68
Homologação de opção (Lei 5 107).....	12 938	21 672,32
Homologação de demissão (art. 500).....	698	512 464,74
Carecedores de ação.....	91	1 060 991,29
Outros.....	6 935	118 657 990,47
PROCESSOS SOLUCIONADOS	63 589	141 790 480,60

V - ATOS DE EXECUÇÃO

ESPÉCIES	NÚMERO
Mandados expedidos.....	13 522
Penhoras feitas.....	3 908
Praças efetuadas.....	750
Precatórias recebidas.....	4 968
Precatórias expedidas.....	6 480
Sentenças liquidadas.....	6 611
Precatórias devolvidas.....	1 847
TOTAL	38 086

MOVIMENTO ANUAL - 1974RESUMO GERALSEDE E FORA DA SEDEI - RESUMO

Sessões realizadas	13 252
Prazo médio para realização da la. audiência	43 dias
Reclamações recebidas:a) processos:164 170 b)recl....	242 841
Rec. entradas em pauta:a) processos:217 803 b)recl....	392 611
Rec. solucionadas(II):a) processos:156 412 b)recl....	210 912
Rec. a julgar (III) :a) processos: 52 017 b)recl....	148 974
Julgamentos adiados	75 090

III - SITUAÇÃO PROCESSUAL

ESPECIFICAÇÃO DOS FEITOS	NÚMERO
Processos vindos do ano anterior.....	44 259
Recebidos durante o ano.....	164 170
Total a julgar.....	208 429
Julgados no ano.....	156 412
PROCESSOS PENDENTES / ANO	52 017

IV - RECURSOS

INTERPOSTOS	NÚMERO
Ordinários.....	9 668
Agravos de instrumento...	364
Agravos de petição.....	809
Embargos a execução.....	55
T O T A L	10 896

* SALDO CORRIGIDO

II - MOVIMENTO DE PROCESSOS

ESPÉCIES E DECISÕES	PROC.	IMPORTÂNCIA C\$
Reclamações conciliadas	44 427	C\$ 94 760 390,46
Julgadas procedentes.....	13 359	C\$ 78 035 641,24
Julgadas proc. em parte	9 316	C\$ 50 792 939,13
Julgadas improcedentes.....	6 138	C\$ 27 009 644,44
Não conhecidas.....	120	C\$ 23 646 212,88
Arquivadas.....	30 766	C\$ 63 339 489,23
Desistências.....	3 611	C\$ 8 058 231,41
Incompetência da Junta	129	C\$ 88 430,06
Feitos rem. a outros órgãos...	3 591	C\$ 137 626,28
Homol. de opção (Lei 5 107)...	30 197	C\$ 21 672,32
Homologação de demissão.....	2 537	C\$ 512 464,74
Carecedores de ação.....	245	C\$ 3 615 821,97
Outros.....	11 976	C\$ 80 964 284,71
PROCESSOS SOLUCIONADOS.....	156 412	C\$ 430 953 308,78

V - ATOS DE EXECUÇÃO

ESPÉCIES	NÚMERO
Mandados expedidos	44 865
Penhora feitas.....	11 771
Praças efetuadas.....	3 336
Precatórias recebidas.....	12 436
Precatórias expedidas.....	9 812
Sentenças liquidadas.....	17 131
Precatórias devolvidas.....	6 711
T O T A L	106 062